

DECLARAÇÃO DE ALMA ATA

O que é?

A Declaração de Alma-Ata foi formulada por ocasião da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, reunida em Alma-Ata, na República do Cazaquistão (ex-república socialista soviética), entre 6 e 12 de setembro de 1978, dirigindo-se a todos os governos, na busca da promoção de saúde a todos os povos do mundo.

Características:

A Declaração de Alma-Ata se compõe de 10 itens que enfatizam a Atenção primária à saúde (Cuidados de Saúde Primários), salientando a necessidade de atenção especial aos países em desenvolvimento. Exortando os governos, a OMS, a UNICEF e as demais entidades e organizações, a declaração defende a busca de uma solução urgente para estabelecer a promoção de saúde como uma das prioridades da nova ordem econômica internacional.

Tem sido considerada como a primeira declaração internacional que despertou e enfatizou a importância da atenção primária em saúde, desde então defendida pela OMS como a chave para uma promoção de saúde de caráter universal.

Os primeiros itens da declaração reafirmam a definição de saúde defendida pela OMS, como o “completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”, e a defendem como direito fundamental e como a principal meta social de todos os governos.

A seguir a declaração salienta a interferência da desigualdade social nas políticas de saúde, ressaltando o papel que a lacuna entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento representa. Exortando todos os países à cooperação, na busca pelo objetivo comum da saúde, fator que contribui para a qualidade de vida e para a paz mundial, a declaração defende tal cooperação como direito e dever de todos, individual e coletivamente.

Segue-se a reafirmação da responsabilidade de todos os governos pela promoção de saúde, e a reivindicação da atenção primária como fator de viabilidade para uma universalização dos cuidados, mediante a abrangência e a melhoria social que possibilitam, integrando governo com todos os setores da sociedade, em prol da igualdade social.

VIII CONFERÊNCIA DE SAÚDE

A segunda metade da década de 80 viu surgir um Brasil diferente. Um país com uma população destemida, que ia às ruas reivindicar seus direitos e ocupar o espaço que há 20 anos lhe era negado. A ditadura, desmoralizada, ainda mostrava a sua força, mas já não tinha mais como frear o movimento pela redemocratização.

Dentro desse quadro social e político, um lugar de destaque era ocupado pelos militantes da saúde pública – com Sérgio Arouca no centro do movimento. A força de seus argumentos, de suas

utopias e de sua vocação de pensador (e realizador) levaram o presidente da Fiocruz a ser indicado, em meados de 1985, presidente da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) pelo ministro Carlos Sant'Anna. À frente da CNS, Arouca faria uma revolução e criaria um marco histórico, um emblema de um momento em que o Brasil voltava a ser Brasil.

O que meses antes parecia mais uma das “loucuras” – é assim que os mortais comuns vêm as idéias dos idealistas – de Arouca se tornara realidade: a CNS conseguia pela primeira vez em quase 45 anos de história ser verdadeiramente popular. Sim, porque da primeira (em 1941) à sétima (em 1980), os debates se restringiam às ações governamentais, com a participação exclusiva de deputados, senadores e autoridades do setor. A intenção de Arouca era a de abrir mesmo, e assim ouvir as incontáveis experiências na área que existiam Brasil afora. Reunir brasileiros para saber e discutir como vivem esses brasileiros, quais as suas condições de saúde, que melhorias almejam. Deixar de contar a saúde pelos números e passar a enxergar cidadãos.

A CNS foi aberta numa segunda-feira, 17 de março de 1986, pelo presidente José Sarney, que assumira em definitivo depois da morte de Tancredo Neves. Em seu discurso, para uma platéia que lotara o Ginásio de Esportes de Brasília, Sarney afirmou que a Conferência representava a “pré-Constituinte da Saúde”.

Durante cinco dias, quase cinco mil pessoas, entre delegados e observadores, discutiram a saúde em 98 grupos de trabalho. Três macrotemas reuniram os grupos: Saúde como direito, Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento do setor.

Um dos grandes momentos da Oitava foi o consenso obtido em torno da criação do Sistema Único Descentralizado de Saúde (Suds), que depois se transformaria no SUS.

MOVIMENTO PELA REFORMA SANITÁRIA

O termo “Reforma Sanitária” foi usado pela primeira vez no país em função da reforma sanitária italiana. A expressão ficou esquecida por um tempo até ser recuperada nos debates prévios à 8ª Conferência Nacional de Saúde, quando foi usada para se referir ao conjunto de idéias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor saúde, introduzindo uma nova idéia na qual o resultado final era entendido como a melhoria das condições de vida da população. No início das articulações, o movimento pela reforma sanitária não tinha uma denominação específica. Era um conjunto de pessoas com idéias comuns para o campo da saúde. Em uma reunião na Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) em Brasília, esse grupo de pessoas, entre os quais estava Sergio Arouca, foi chamado de forma pejorativa de “partido sanitário”.

A forma de olhar, pensar e refletir o setor saúde nessa época era muito concentrada nas ciências biológicas e na maneira como as doenças eram transmitidas. Há uma primeira mudança quando as teorias das ciências sociais começam a ser incorporadas. Essas primeiras teorias, no entanto, estavam muito ligadas às correntes funcionalistas, que olhavam para a sociedade como um lugar que tendia a viver harmonicamente e precisava apenas aparar arestas entre diferentes interesses.

A grande virada da abordagem da saúde foi a entrada da teoria marxista, o materialismo dialético e o materialismo histórico, que mostra que a doença está socialmente determinada.

A partir daí, pode-se dizer que foi fundada uma teoria médico-social para análise de como as coisas se processam no campo da saúde no país.

REFORMA URBANA

No início do século XX, o Rio de Janeiro possuía uma característica que era sua beleza enquanto capital federal. O Rio de Janeiro estava com uma grande formação de novos bairros e ruas, mas apesar disto, havia uma condensação muito grande das novas relações econômicas capitalistas. Como se instalava um surto de epidemias talvez até mortíferas começam a ser discutido em formas de debates no Rio de Janeiro, os problemas de saúde que começavam a afetar a população. "Higienistas lutaram e foram os primeiros a discutirem no Rio sobre as condições de vida, propondo intervenções drásticas para restaurar o equilíbrio do organismo urbano". Os Higienistas condenavam as condições precárias existentes na cidade como, corpos enterrados nas igrejas, animais mortos por todos os lados e muito lixo amontoados, isto fazia com que a proliferação de doenças aumentasse ainda mais.

Rodrigues Alves assumiu a presidência da República no ano de 1906, tinha como um de seus projetos principais atacar o mal que assombrava toda a capital, que era a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. A modernização do porto e remodelagem da cidade estava dentro deste projeto. Com grande responsabilidade em manter a cidade limpa, e longe de tantas doenças infecciosas, Alves nomeia Pereira Passos e o médico Osvaldo Cruz para se empenharem junto à ele nesta reforma sanitária. Rodrigues Alves, presidente do Brasil de 15 de novembro de 1902 até 15 de novembro de 1906. Logo após ser nomeado pelo presidente Rodrigues Alves, o médico responsável pelo saneamento, Osvaldo Cruz assume o cargo em 1903. O Rio de Janeiro perde a sua supremacia como exportador de café, e inicia em 1904 uma modernização capaz de dar a si mesmos ares de uma cidade luxuosa. A Avenida central foi toda remodelada, as casas retratavam o século XX. Francisco Pereira Passos executava planos de melhoramentos da prefeitura, e esta remodelagem dava a cidade uma sensação de pura higiene. Pereira Passos começou então a investir na cidade como nunca havia visto antes. Queria implantar formas de trabalho diferentes daquelas que havia existido antes.

REVOLTA DA VACINA

A Revolta da Vacina, foi o movimento social e urbano que marcou a sociedade politicamente durante a Primeira República do Brasil. No dia 09 de Novembro de 1904, é publicado oficialmente o

plano da vacinação obrigatória contra a Varíola. A partir deste momento, se desencadeia um debate transpondo as dimensões do legislativo. O governo tinha grande interesse nesta medida, e era apoiado pela maioria no Congresso. Por outro lado, podemos dizer que existia uma minoria parlamentar constituída pela imprensa não governamentista, e até mesmo a população do Rio de Janeiro que resistia a essa idéia da tal implantação da vacina. O governo negava que a implantação era inegável e imprevidível para a firmação da saúde pública no País. A oposição, com grande furor e totalmente enraivecidos, respondiam ao governo que os métodos de aplicação no caso da lei Brasileira, eram pouco confiáveis, e que os enfermeiros e os profissionais da saúde agiam com grande brutalidade.

Estes mesmos opositores alegaram ainda mais que se realmente o governo acreditasse nas qualidades da vacina e também as suas necessidades então, deixasse a cada consciência, a liberdade de decidir para a sua aplicação ou não, e que cada um escolhesse a condição que melhor lhe conviesse.

CRIAÇÃO DO SUS

Antes do advento do Sistema Único de Saúde (SUS), a atuação do Ministério da Saúde se resumia às atividades de promoção de saúde e prevenção de doenças (por exemplo, vacinação), realizadas em caráter universal, e à assistência médico-hospitalar para poucas doenças; servia aos *indigentes*, ou seja, a quem não tinha acesso ao atendimento pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. O INAMPS foi criado pelo regime militar em 1974 pelo desmembramento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que hoje é o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); era uma autarquia filiada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (hoje Ministério da Previdência Social), e tinha a finalidade de prestar atendimento médico aos que contribuíam com a previdência social, ou seja, aos empregados de carteira assinada.

O INAMPS dispunha de estabelecimentos próprios, mas a maior parte do atendimento era realizado pela iniciativa privada; os convênios estabeleciam a remuneração por procedimento, consolidando a lógica de cuidar da doença e não da saúde.

O movimento da Reforma Sanitária nasceu no meio acadêmico no início da década de 70 como forma de oposição técnica e política ao regime militar, sendo abraçado por outros setores da sociedade e pelo partido de oposição da época — o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), atual Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em meados da década de 70, com o fim do milagre econômico, ocorreu uma crise do financiamento da previdência social, com repercussões no INAMPS. Em 1979 o general João Baptista Figueiredo assumiu a presidência com a promessa de abertura política, e de fato a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu, no período de 9 a 11 de

outubro de 1979, o I Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, que contou com participação de muitos dos integrantes do movimento e chegou a conclusões altamente favoráveis ao mesmo; ao longo da década de 80 o INAMPS passaria por sucessivas mudanças com universalização progressiva do atendimento, já numa transição com o SUS. A 8ª Conferência Nacional de Saúde foi um marco na história do SUS por vários motivos.

Foi aberta em 17 de março de 1986 por José Sarney, o primeiro presidente civil após a ditadura, e foi a primeira CNS a ser aberta à sociedade; além disso, foi importante na propagação do movimento da Reforma Sanitária. A 8ª CNS resultou na implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), um convênio entre o INAMPS e os governos estaduais, mas o mais importante foi ter formado as bases para a seção "Da Saúde" da Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988. A Constituição de 1988 foi um marco na história da saúde pública brasileira, ao definir a saúde como "direito de todos e dever do Estado".

A implantação do SUS foi realizada de forma gradual: primeiro veio o SUDS; depois, a incorporação do INAMPS ao Ministério da Saúde (Decreto nº 99.060, de 7 de março de 1990); e por fim a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) fundou o SUS. Em poucos meses foi lançada a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que imprimiu ao SUS uma de suas principais características: o controle social, ou seja, a participação dos usuários (população) na gestão do serviço. O INAMPS só foi extinto em 27 de julho de 1993 pela Lei nº 8.689.